

Ecos de uma cidade global:

o Rio de Janeiro e a presença africana e europeia nas páginas de anúncios da imprensa (1808-1821)

Echoes of a global city: Rio de Janeiro and the African and European presence in the press advertisement pages

João Victor Pires

Doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL) e mestre em História Moderna e Contemporânea pela mesma instituição. Pesquisa os impactos verificados nos dois lados do Atlântico (Brasil e Portugal) após a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro.

guilhermechalo@gmail.com

RESUMO: Este artigo utiliza os anúncios da nascente imprensa brasileira como testemunha da nova configuração do Rio de Janeiro durante o chamado período joanino, entre 1808 e 1821, e da disparidade existente na altura entre os dois principais grupos provenientes de deslocamentos, espontâneas ou compulsórias, desembarcados na cidade: os europeus e os africanos. A partir de uma análise quantitativa e qualitativa das propagandas publicadas na imprensa, prática que se popularizou durante o período, observamos uma cidade que se vestia enquanto capital do Império e que, para tal, priorizou uma cultura em detrimento de outra. Sob este ponto de vista, o período é uma chave para entender o processo histórico que resulta no Rio de Janeiro dos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração; Escravidão; D. João VI.

ABSTRACT: This article uses the advertisements from the newly created Brazilian press as a witness to the new configuration of Rio de Janeiro during the so-called Joanine period, between 1808 and 1821, and the disparity that existed at the time between the two main groups that came to the city as a result of spontaneous or compulsory displacement: Europeans and Africans. Based on a quantitative and qualitative analysis of the advertisements published in the press, a practice that became popular during the period, we are faced with a city that dressed up as the capital of the Empire and, to do so, prioritized one culture over another. From this point of view, the period is a key to understand the historical process that resulted in the Rio de Janeiro of today.

KEYWORDS: Immigration; Slavery; D. João VI

Introdução

Em uma das suas mais famosas propostas interpretativas do Brasil, Caio Prado Júnior (1942, p. 5) sugere que o início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, é uma “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e resultante dele que é o Brasil de hoje”. De fato, o período entre a chegada da família real em 1808 e o regresso da mesma para Lisboa em 1821 representa um marco na história do país, com um impacto ainda mais profundo na cidade do Rio de Janeiro, então capital da colônia, o que já foi explorado sob diversas perspectivas pela historiografia.ⁱ

Um dos aspectos fundamentais desse impacto na nova capital do Império lusitano foi a abertura dos portos e das fronteiras aos estrangeirosⁱⁱ. Pressionada pela invasão da França Napoleônica ao Reino de Portugal e contando com o apoio da armada britânica para a transferência do aparelho estatal para o Rio de Janeiro, a Corte exilada também adotou medidas a favor da entrada dos produtos britânicos no Brasilⁱⁱⁱ. Diante da necessidade de “metropolizar” a cidade e melhorar as suas infraestruturas (Schultz, 2008), minimizando traços coloniais, o Rio de Janeiro abriu as portas aos europeus – na teoria das “Luzes”, sintetiza Gladys Ribeiro (1997, p. 181), o homem “civilizado”, europeu-branco, era o indivíduo que mais interessava receber na nova sede da Corte bragantina. Antes, temendo a perda da sua colônia para outras potências europeias, Portugal restringia a entrada de estrangeiros em território brasileiro, o que fez com que a circulação de europeus na região fosse muito restrita (Araujo, 2015, p. 37-38), invertendo-se a partir de 1808, quando diversos viajantes, comerciantes e artistas europeus visitaram o Rio.

Surgiram nessa altura, aliás, os primeiros incentivos para transferir migrantes da Europa para o Brasil, com a criação, em 1818, de uma colônia suíça na fazenda do Morro Queimado, interior da capitania do Rio de

Janeiro (Ferreira, 2020). Ainda antes, em 1812, foi fundada a colônia de Santo Agostinho, no Espírito Santo, com açorianos, que, na altura, não podiam ser definidos exatamente como estrangeiros, e depois surgiram iniciativas na Bahia, em Leopoldina, em 1818, com colonos alemães e suíços, e Ilhéus, em 1822, com alemães (Fernandes e Costa, 2020). Estes incentivos ganhariam contornos muito maiores com o avançar do século XIX.

A proposta de reconfigurar a cidade, que passou a abrigar o soberano do Império, o príncipe regente e futuro rei D. João VI, envolveu a implementação da Intendência-Geral da Polícia e a criação do imposto da Décima Urbana^{iv}, mas também a inauguração da imprensa. O anúncio da criação da Impressão Régia, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, é considerado um marco na história da imprensa brasileira^v. A primeira oficina tipográfica do Brasil foi a responsável por fazer circular o primeiro periódico impresso, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de 10 de setembro de 1808. Tal como a colônia era restrita aos estrangeiros, era também à circulação de ideias. Antes da *Gazeta*, o Brasil, oficialmente, não tinha nenhum periódico impresso.

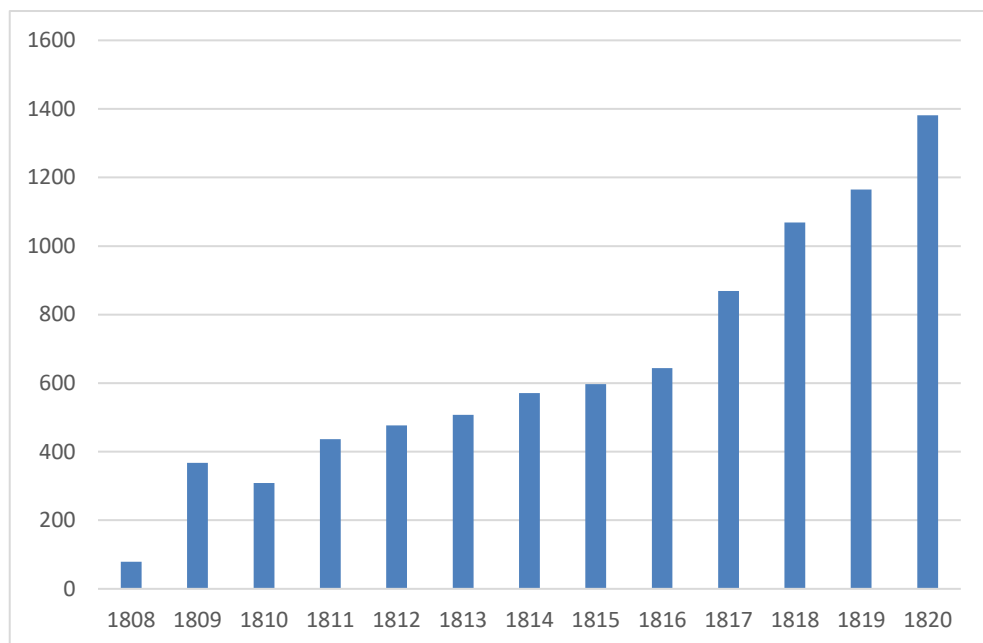
A *Gazeta* circulou até dezembro de 1822, sendo uma típica publicação de monarquia absolutista. Era impressa às quartas-feiras e aos sábados, passando a ser editada três vezes por semana (terças, quintas e sábados) a partir de junho de 1821. Subdividia-se sobretudo em duas partes, uma de notícias e outra de anúncios. As notícias tinham muita atenção aos decretos e às ocorrências relacionadas com a família de Bragança. O noticiário internacional também tinha grande importância, mas sempre filtrado pela censura conforme os interesses da Coroa.

A seção de anúncios, chamada “Avisos”, tinha um perfil diferente, incluindo “as publicações que se relacionavam ao universo cultural da cidade” (Meirelles, 2006, p. 57). Qualquer cidadão podia anunciar e os seus textos eram muito mais conectados com a realidade citadina do que o noticiário,

ainda que os produtos anunciados também passassem pelo filtro dos censores. A promoção dos anúncios foi gratuita durante a primeira década, passando em 1817 a custar 200 réis por linha. Os “avisos” cresceram ao longo dos anos: em 1809, primeiro ano completo de circulação, foram 368 anúncios publicados, enquanto em 1820 foram 1381. Em 1821 a publicação de anúncios na *Gazeta* entrou em declínio e isso se deveu à ascensão do *Diário do Rio de Janeiro*, periódico inaugurado no 1º de junho de 1821, após a instauração da liberdade de imprensa^{vi}, e que não cobrava para publicar anúncios.

Tabela 1: Quantidade de anúncios publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1820)

Ano	Total de anúncios
1808	79
1809	368
1810	309
1811	437
1812	477
1813	508
1814	571
1815	597
1816	644
1817	869
1818	1069
1819	1165
1820	1381



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, edições de 1808 a 1820.

Em números, vemos que esta foi uma “época em que a publicação de anúncios foi se tornando um elemento primordial para a venda de produtos” (Neves, 2009, p. 59). Para Malerba (2000, p. 140), representou o “início da história da propaganda no Brasil”. A prática foi impulsionada sobretudo pela “metropolização” da cidade, pelas novas dinâmicas instaladas após a abertura dos portos e pela chegada de comerciantes estrangeiros e portugueses que passaram a residir no Rio, juntando-se a uma elite mercantil que já controlava setores como o açúcar, o trigo e o tráfico de escravizados (Fragoso, 1998, p. 319-333). O período marca o encontro de duas elites na capital da colônia: “a sociedade de Corte migrada com a família real e os ricos comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro” (Malerba, 2000, p. 249).

No entanto, a transformação do Rio de Janeiro para se vestir como capital imperial fez crescer a presença de um outro grupo populacional estrangeiro, constituído por aqueles que chegavam de forma forçada: os escravizados africanos. O período assinalou um súbito aumento do tráfico

de escravizados para o Rio^{vii}. Reconfigurada, a cidade se tornou uma extensão de Lisboa, mas uma extensão diferente sobretudo devido à importância que a escravidão tinha. Tem-se assim um novo cenário cultural: por um lado, “as modas europeias invadiram as ruas e salas distintas do Rio de Janeiro”; por outro, a cultura do contingente de indivíduos escravizados e libertos africanos, que “foram cruzando seus códigos com aqueles impostos de cima”, sempre atraindo “o olhar perplexo do branco europeu” (Malerba, 2000, p. 117-121 e 140).

A historiografia tem demonstrado que os anúncios da imprensa têm um potencial grande para compreender a sociedade na qual as folhas circulam (Lisboa, 1991, p. 26; Silva, 2007, p. 22), com especial capacidade para iluminar os cantos escondidos das sociedades escravistas, permitindo encontrar informações cruciais sobre o cotidiano dos escravizados que não se encontram facilmente em outras fontes (Gomes, 1996; Silva, 2021). As propagandas da imprensa são, neste cenário, fontes privilegiadas para compreender o cotidiano do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821.

Enquadrado nessas transformações e considerando o Rio de Janeiro dessa altura uma cidade global (Santos, 2020), sobretudo com a inserção do Brasil nos novos ritmos internacionais do capital após a industrialização britânica e a nova geografia dos seus circuitos mercantis (Parron, 2022), este artigo pretende analisar o incremento da presença africana e europeia na cidade durante o período joanino. Para tal, faz uso dessa privilegiada fonte da época: os anúncios da imprensa, com especial atenção aos aspectos culturais que fizeram parte dessas deslocações humanas, forçadas e espontâneas, para as margens da Baía de Guanabara.

A chegada de europeus ao Rio de Janeiro no rastro da família real

O centro irradiador do poder foi invertido a partir de 1808. O príncipe regente D. João determinou essa mudança em 1809 ao escrever que “onde

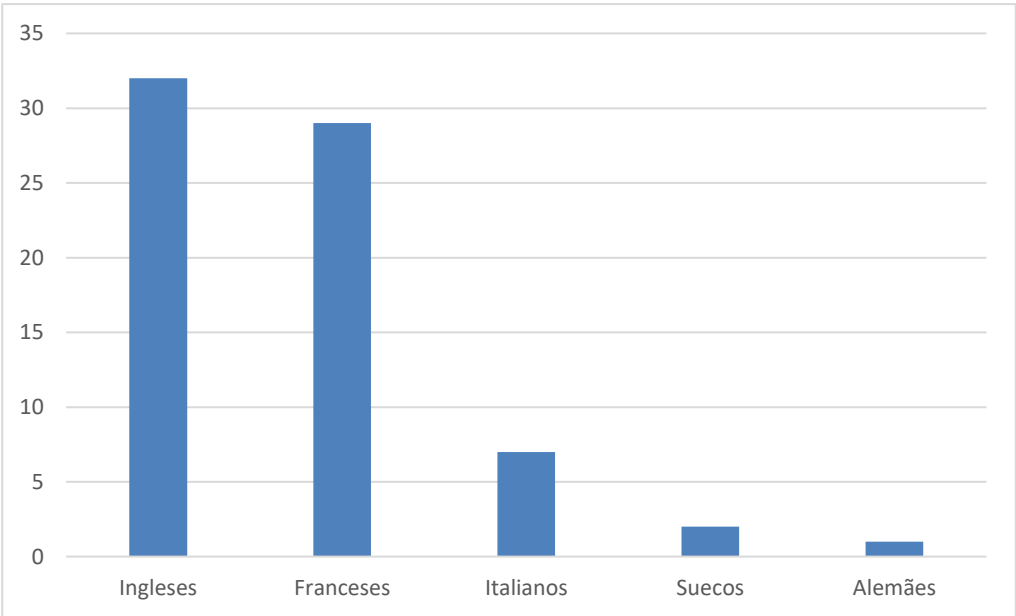
eu existo e resido é que necessariamente se deve considerar a sede e o ponto central do Império”^{viii}. Foram muitos os nobres, negociantes, magistrados, militares e clérigos que seguiram viagem para o Brasil. O número de emigrados permanece envolto em mistério, existindo cálculos de ordens variadas. Em um dos estudos mais completos sobre esta questão, Jurandir Malerba (2008, p. 60) calcula que entre seis mil e 15 mil teriam viajado com a família real portuguesa para o Brasil.

Provavelmente nunca se terá a certeza do tamanho da comitiva, especialmente se pensarmos que a seguir aos que vieram junto com a família real, muitas outras levas de portugueses e estrangeiros viajaram no seu rastro. Sérgio Buarque de Holanda (2003, p. 16), analisando a origem dos estrangeiros – os portugueses não contam como estrangeiros – que entraram no porto do Rio entre 1808 e 1822, encontra em primeiro lugar os espanhóis, que “eram, em grande parte, se não em regra, visitantes em trânsito para Montevidéu e Buenos Aires”. Em segundo, os franceses; e, em terceiro, os ingleses. Criou-se uma “espécie de cosmopolitismo” na cidade.

De fato, a análise de Buarque de Holanda está de acordo com o que se via no Rio de Janeiro nessa época. Segundo um mapa da Intendência-Geral da Polícia de novembro de 1817, até essa data tinham sido registrados 899 estrangeiros, sendo 352 ingleses, 220 espanhóis, 183 franceses, 57 italianos, 35 alemães, 14 americanos, dez holandeses, nove suíços, sete russos, seis suecos e seis prussianos^{ix}. Analisando os anúncios do ano de 1820 na *Gazeta*, temos também uma clara predominância de ingleses e franceses pagando para anunciar no periódico. Dos 71 estrangeiros anunciantes em 1820, 45% eram ingleses, 30% franceses e 10% italianos.

Tabela 2: Estrangeiros mencionadas nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1820)

Nações	Anunciantes
Ingleses	32
Franceses	29
Italianos	7
Suecos	2
Alemães	1



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, edições de 1820.

Os dois principais grupos de imigrantes europeus chegados ao Rio de Janeiro predominaram em períodos distintos. É que na primeira metade do período joanino houve uma massiva chegada de imigrantes e também de produtos britânicos, resultado não só da abertura dos portos como também dos tratados comerciais favoráveis aos britânicos assinados em 1810. Ainda no primeiro ano da família real no Rio de Janeiro, em 1808, a *Gazeta* evidencia a chegada de produtos ingleses à região. Um bom exemplo é a edição de 28 de dezembro desse ano, que anunciou dois leilões a acontecer no mesmo dia, 30 de dezembro, ambos levados a cabo por companhias inglesas: “Dyson, Irmãos e Finnie” e “Baker e March”.

O britânico John Mawe (1812, p. 102), que esteve no Brasil nessa altura, escreveu que “o mercado foi muito abastecido com manufaturas inglesas”, chegando a oferta a superar em dez vezes a demanda, dando “origem a leilões onde as mercadorias eram vendidas a preços reduzidos sem precedentes”. No final de 1808, havia cerca de 100 comerciantes britânicos residentes no Rio (Gorenstein, 1993, p. 138). Uma representação de moradores da cidade em 1808 reclamava da disposição dos ingleses a “alugar por qualquer preço”^x, movimento que estava a fazer os preços das habitações dispararem na cidade.

Com o estabelecimento de uma comunidade britânica relevante na cidade, práticas culturais também foram absorvidas. Um dos exemplos pode ser visto na cultura dos sepultamentos. Foi nessa altura, em 1811, que se inaugurou na Praia da Gamboa o Cemitério Inglês (British Burial Ground), que é atualmente o cemitério a céu aberto em atividade mais antigo do Brasil. O próprio príncipe regente mandou comprar o terreno para a instalação da necrópole (Silva, 2000, p. 95). O espaço, descrito pela viajante inglesa Maria Graham (1824, p. 307) como “um dos lugares mais bonitos que já vi e com vistas lindíssimas em todos os sentidos”, foi estabelecido para que os britânicos anglicanos pudessem realizar os seus sepultamentos sob as suas regras. Um anúncio de 17 de dezembro de 1814 confirma que o cemitério ficava na Gamboa.

Estes milhares de novos habitantes absorvidos pelo Rio, alguns permanentes e outros passageiros, trouxeram consigo uma bagagem cultural que era bem-vinda pelas autoridades interessadas na reconfiguração da nova capital. A *Gazeta* testemunha a literatura britânica que circulou no Rio nessa altura, certamente influenciada pela comunidade residente. Autores de renome britânicos como Edmund Burke e Adam Smith circularam no Rio. A chegada de tais obras é reveladora do novo ambiente cultural, ainda que filtrado por uma tripla censura às obras literárias, vistoriadas pela Mesa do Desembargo do Paço, pela Junta Diretora da Impressão Régia e pela Polícia (Meirelles, 2006, p. 12-13).

Viagens de Guliver, de Jonathan Swift^{xi}, e *Robinson Crusoé*, de Daniel Defoe, são exemplos de *best-sellers* britânicos da época presentes nas prateleiras do Rio de Janeiro^{xii}:

Na Loja da Gazeta se acha uma nova edição da *Vida e Aventuras Admiráveis de Robinson Crusoé*, 4 vol., por 4\$800 réis, novela que tem merecido geral aceitação.^{xiii}

A presença inglesa provavelmente terá influenciado uma prática desportiva: as corridas de cavalo. As primeiras carreiras registradas nessa altura representam os primórdios do que mais tarde seria o turfe no Rio de Janeiro. A forma como um anúncio de 1814 informou uma corrida de cavalo na Praia de Botafogo indica que as carreiras eram usuais:

Segunda-feira, 30 do corrente, fazem-se as carreiras na Praia de Botafogo (pela manhã às horas que permitir a maré) por prêmio de uma taça de prata no valor de 100.000 réis e logo depois, entrará quem quiser, n'outra carreira por prêmio de uma bolsa de ouro.^{xiv}

Já os franceses chegaram em maior número depois do Congresso de Viena. Em junho de 1814, D. João voltaria a autorizar o livre trânsito de franceses em Portugal e no Brasil (Schwarcz, 2008, p. 13). Antes, num cenário marcado pelas guerras napoleônicas – tendo a França efetivado três tentativas de invasão ao reino de Portugal entre 1807 e 1811 e D. João, refugiado no Brasil, respondido com a invasão da Guiana Francesa em 1808 –, os franceses eram malvistas. Nessa altura, diz Joaquim Manuel de Macedo (2011), “falar em franceses no Brasil era o mesmo que hoje em dia anunciar febre amarela” – o “hoje” de Macedo corresponde ao ano em que escreveu as memórias, em 1878, quando uma crise de febre amarela castigava o Rio.

A nova vaga de estrangeiros é notada nos anúncios da *Gazeta*, recheada de

avisos de lojas de roupa, alfaiates, cabeleireiros, ourives, livreiros, professores e pasteleiros franceses. Somente na Rua Direita estabeleceram-se nesse período o comerciante Carlos Durand, no n.º 9; o mercador de modas e chapeleiro parisiense Troyon, com loja no n.º 17; o também parisiense Mr. Maullaz, no n.º 28, onde se encontrava bijuterias, vestidos, chapéus e plumas; o armazém de Gadet e Jallasson, no n.º 55, que vendia armas de luxo importadas de Paris, como espadas militares, além de funcionar também como papelaria e perfumaria; Ambrósio Bourdon, com um comércio de mobílias, que também vendia livros e outras mercadorias francesas, em frente à Rua Detrás do Hospício; e a loja de Joaquim Martins Pinto, no n.º 20, que vendia roupas femininas e outros artigos.

O mesmo pode ser verificado numa outra importante rua, a do Ouvidor. O comerciante russo Ernest Ebel (1972, p. 70), em 1824, anotou que ao entrarmos “na rua do Ouvidor, acreditamo-nos transportados para Paris”. Na segunda metade do período joanino, sabe-se, a partir da *Gazeta*, que Bellard abriu sua loja de vestuário no n.º 8; Lambert estabeleceu uma fábrica de rapé no n.º 23; o Armazém Francês de Lezan Vial ficava adiante, n.º 28, enquanto o do parisiense Mr. Gas localizava-se no n.º 38; Madame Ablon, modista francesa, tinha o seu espaço no n.º 19; já no n.º 156 ficava a loja da também modista Josefina Meunier, que cresceria ao ponto de se transformar, em 1823, em “armazém de fazendas francesas e oficina de costuras e modas”^{xv}, nessa altura no n.º 153. Aliás, as modistas da Rua do Ouvidor foram “a expressão maior do trabalho feminino não escravo na cidade das primeiras décadas do oitocentos” (Menezes, 2004, p. 79).

Madame Josefina Meunier, modista francesa na Rua do Ouvidor n.º 156, recebeu pelos últimos navios ultimamente chegados de França um grande sortimento de fazendas francesas, do melhor gosto e da última moda, como sedas, vestidos de senhora ricos bordados de ouro, de prata, de pérolas, de seda e outros de várias sortes,

corpinhos de caça bordada, tiras bordadas, cambraia muito fina, lenços de cambraia bordados e lisos, lenços e chales de lã fingindo os de camelo, lenços e chales de seda, meias de seda de todas as sortes, luvas, sapatos, leques, perfumes, assim como chapéus e toucados feitos em Paris.^{xvi}

Tal como no caso inglês, a literatura francesa também circulou intensamente na cidade. Se considerarmos os autores *best-sellers* na França no princípio do século XIX, calculados por Lyons (1987, p. 76-83), muitos deles tiveram suas obras à venda no Rio e anunciadas na *Gazeta*. Autores como La Fontaine, Rousseau, Jean-Pierre Claris de Florian e Jean Racine aparecem nas listas de mais vendidos na França e nos anúncios da *Gazeta*.

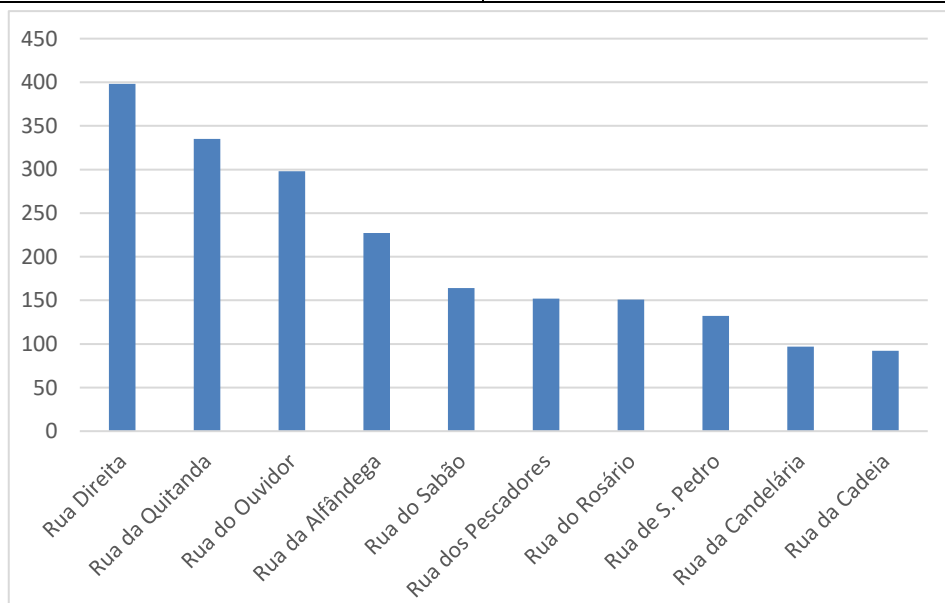
Saiu à luz: *Phedra*, tragédia de João Racine, traduzida em português, verso a verso, por Manoel Joaquim da Silva Porto. Vende-se na Rua da Quitanda, à esquina da de S. Pedro, por 640.^{xvii}

Os anunciantes estavam concentrados nas ruas do centro. Salvo raras exceções, apenas anúncios da capitania eram impressos, provavelmente por conta da grande dimensão territorial do Brasil e à distância entre a nova capital e outros centros como Recife e Salvador^{xviii}. Mesmo anúncios de regiões afastadas do ambiente urbano são pouco frequentes no periódico – calculamos em menos de 2% os “avisos” localizados em territórios como Cabo Frio, Itaboraí e outros. O centro concentrava os referidos imigrantes europeus, mas também existia ali uma espécie de “cidadela portuguesa”, delimitada de forma genérica entre São José e Candelária, onde os “portugueses de nascimento” preferiam residir e onde haviam instalado a maioria dos estabelecimentos comerciais (Ribeiro, 1997, p. 237). Por isso, predominam nos anúncios as ruas Direita, da Quitanda e do Ouvidor, que também eram aquelas que concentravam a

população estrangeira recém-chegada. As ruas abaixo listadas, todas no centro, absorveram mais de 50% das propagandas.

Tabela 3: Ruas mencionadas nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)

Ruas	Referências nos anúncios
Rua Direita	398
Rua da Quitanda	335
Rua do Ouvidor	298
Rua da Alfândega	227
Rua do Sabão	164
Rua dos Pescadores	152
Rua do Rosário	151
Rua de S. Pedro	132
Rua da Candelária	97
Rua da Cadeia	92



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*. Analisamos 9211 anúncios impressos entre 1808 e 1821. Apenas 3927 foram publicados com endereço, ou seja, a rua em que se localizava a loja ou a casa que estava a anunciar.

Conforme denunciam os anúncios, a concentrada presença estrangeira provocou um grande afluxo de produtos oriundos da Europa. O Armazém de Luiz Zoveti, no n.º 9 da Rua do Ouvidor, é um bom exemplo: vendia vinhos importados, licor de Martinica, vinagre engarrafado de França, azeite engarrafado de Florença, conservas inglesas e chocolate espanhol^{xix}. Os estabelecimentos comerciais anunciavam frequentemente esses produtos e novos hábitos foram gradualmente se afixando. Foi, por exemplo, nessa altura que começou lentamente a difusão da cerveja na cidade. Eram importadas, principalmente da Inglaterra. As gazetas de 18 de novembro de 1812 e 21 de julho de 1819 são dois de muitos exemplos de edições que registram a chegada de embarcações de Londres e Liverpool com diversos produtos, entre eles cerveja. Eram vendidas nos estabelecimentos do Rio:

Antônio Martins de Oliveira, na Rua dos Pescadores, tem para vender caixas de charutos de Havana a 4\$800. Quina a 400 a libra, papel pintado para salas a 320 a peça, panos, caxemiras e baetões avariados do navio Despacho por preços cômodos, garrafas de cerveja a 2\$600 a dúzia e uma porção de cabos usados para navio.^{xx}

No mundo artístico, o impacto também se fez notar. Um dos principais símbolos desse novo contorno cultural foi o Real Teatro de São João, inaugurado em 1813 no Rossio. Os espetáculos do teatro representaram um dos principais espaços de sociabilidade da elite carioca e dos europeus recém-chegados. Em 1815, foi contratado para o Real Teatro o bailarino da Academia de Ópera, e do Théâtre Porte Saint-Martin de Paris (Sampaio, 2013, p. 33), Augusto Toussaint. Além de trabalhar no teatro, o francês começou a dar aulas:

Em janeiro de 1819, se abre uma aula de dança gratuita de que é mestre Augusto Toussaint, primeiro dançarino do Real Teatro de S. João, e nela se aceitam pessoas de

ambos os sexos, de sete anos até doze, para serem empregados no serviço do mesmo teatro. Quem quiser ser admitido, fale com o administrador do teatro, Carlos José da Costa, para saber as condições.^{xxi}

O espanhol Louis Lacombe também terá sido um atuante professor de dança nessa época. Conhecido por Luiz Lacombe, chegou ao Rio por volta de 1811 com a esposa, a cantora lírica Mariana Scaramelli. O casal viajou na fragata *Princesa Carlota*, que transferiu ao Rio o mestre de música e compositor de óperas Marcos Portugal, ex-maestro do Real Teatro de São Carlos, em Lisboa. Nascido em Madrid em 1786, Lacombe tornou-se renomado na cidade, de acordo com a descrição da *Gazeta* de 27 de junho de 1818, que o classifica como o “bem conhecido Luiz Lacombe” ao citar um ato de sua autoria. Além de dirigir bailes como o *Li due rivali*, apresentado em celebração do aniversário da rainha D. Maria I (Zamoner, 2013), Lacombe lecionou danças na cidade, somente para “pessoas civilizadas”:

Luiz Lacombe, professor de dança, ultimamente chegado ao Rio de Janeiro, tem a honra de anunciar a todas as pessoas civilizadas desta cidade, que ele se propõe ensinar todas as qualidades de danças próprias nas sociedades. Todas as pessoas que lhe quiserem fazer a honra de tomar a suas lições, o poderão procurar na Rua do Ouvidor, n.º 82, 3º andar.^{xxii}

Tal como o referido Marcos Portugal, grandes músicos europeus passaram pelo Rio entre 1808 e 1821. Madame Clementiny, francesa, ministrou aulas de música na cidade, por exemplo, e realizou um concerto com harpa-piano em 1817, que, segundo anunciou, merecia “a particular atenção dos amadores das belas-artes”^{xxiii}. Um dos mais notáveis foi o austríaco Sigismund Neukomm, antigo diretor de ópera alemã em São Petersburgo, na Rússia. Neukomm ficou famoso pelas suas apresentações nas festas de Von Langsdorff, cônsul-geral da Rússia, que promovia bailes na sua

chácara.

Conforme descrito numa notícia publicada na *Gazeta* de 6 de abril de 1816, junto com Neukomm chegou ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa liderada por Lebreton, antigo secretário de belas-artes do Instituto de França, trazendo ao Brasil artistas como Jean-Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay e Grandjean de Montigny. Contabilizando os profissionais e suas famílias, cerca de 40 pessoas compunham a Missão (Schwarcz, 2008, p. 197).

Ao contrário do que usualmente se diz, a Missão, conforme mostra Schwarcz (2008), apesar de bem recebida e em parte financiada pela Corte, não foi pensada pelo Estado português. Foi, antes, uma estratégia de emigração dos artistas franceses, preocupados com represálias políticas após a queda de Napoleão. O seu mais famoso produto foi o trabalho de Debret, “uma espécie de documentarista do Brasil e de sua Corte” (Schwarcz, 2008, p. 311). Junto a outros artistas que chegaram ao Brasil, como Rugendas, com suas representações visuais idealizadas e textos por vezes depreciativos, inauguraram um tipo de literatura de viagem que Araujo (2015, p. 49) classifica como “Romantismo tropical”.

O *Diário* anunciou uma subscrição para uma “estampa” do desembarque de Leopoldina, princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves^{xxiv}. A obra resultava de uma pintura de Debret, gravada por Charles-Simon Pradier. Algumas lojas no centro do Rio de Janeiro procuravam atender demandas associadas ao interesse pelas artes vindas da Europa. Em 1819, o mesmo anunciante que pretendia vender um escravizado, descrito como um “moleque de nação Libolo”, também informava a disponibilidade para venda de “uma coleção de elegantes quadros dos melhores autores”^{xxv}. Um armazém francês, na Rua da Ajuda, vendia “pinturas dos primeiros pintores”^{xxvi}. Surgiu, inclusive, um negociante especializado no ramo: o italiano José Belieni, que, vindo de Paris, inaugurou o seu espaço em 1818^{xxvii}. Ele recebia materiais de diferentes regiões europeias:

José Belieni, Rua do Ouvidor, n.º 72, acaba de receber de diferentes portos da Europa um grande sortimento de molduras douradas para salas e para painéis, estampas de todas as qualidades, e entre estas algumas dos autores mais célebres; alabastros, óculos de teatro, e papéis dourados e ordinários, mapas geográficos, princípios de desenhos, e outros muitos pequenos artigos, que se não podem especificar pela sua diversidade. Tudo se vende por miúdo ou atacada na sua loja acima dita, e pelos preços mais diminutos.^{xxviii}

A imigração europeia para o Rio de Janeiro também impactou o setor educacional. O ensino superior deu os seus primeiros passos a partir de 1808. Foram criadas a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, em 1808, e a Real Academia Militar, inaugurada em 1811 na Casa do Trem de Artilharia e transferida em 1812 para o Largo São Francisco de Paula. A instituição militar anunciava todos os anos na *Gazeta* as condições para o ingresso no curso.

A Lei que criou a Academia Real Militar dava conta da importância de oferecer um “curso completo” de ciências matemáticas, ciências militares, mineralogia e outras matérias^{xxix}. Os desafios de infraestrutura no território eram muitos e, por isso, seriam necessários profissionais formados nessas áreas. O objetivo da Academia, segundo o documento, era, com esses estudos, formar “hábeis oficiais de artilharia, engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes e calçadas”.

Neste cenário, a Imprensa Régia ocupou posição fundamental para alunos e professores. Os livros citados na bibliografia obrigatória do curso da Academia eram traduzidos e impressos na tipografia. Faziam parte da

bibliografia obras como *Tratado Elementar de Aritmética*, de Sylvestre-François Lacroix, *Tratado elementar de mecânica*, de Luiz Benjamin Francoeur, e *Tratado de Trigonometria e Elementos de Geometria*, ambos de Adrien-Marie Legendre, todas anunciadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*. O curso tinha 11 professores titulares e cinco substitutos. A Coroa importou alguns da Europa. Em 1810, o inglês Daniel Gardner, da Sociedade Filosófica e Matemática de Londres, chegou para lecionar química. Os professores estrangeiros eram estimados, de modo que D. João assistiu a uma leitura do curso de Gardner:

O doutor Gardner agradece, cheio de prazer e satisfação, a todos os senhores que lhe fizeram a honra de assistir às suas últimas leituras. E justamente avisa ao público que o seu Laboratório Químico se abrirá todas as quintas-feiras de tarde para repetir as leituras que ele teve a honra de fazer na presença de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor e Sua Augusta e Real Família.^{xxx}

A Academia teve um destacado papel na “formação da elite técnico-científica que serviria de base ao desenvolvimento do Estado joanino no Brasil” (Carolino, 2012, p. 253). Esses técnicos seriam oficiais que atuavam na defesa e no controle territorial, mas também engenheiros engajados na abertura de estradas, construção de pontes e desenvolvimento de infraestruturas, medidas importantes para a integração do território brasileiro. A Academia, segundo Carolino (2012), foi importante no desenvolvimento da ciência, exercendo um papel ativo e não periférico, mesmo se comparada às suas congêneres europeias.

Os cursos médicos instalados na cidade em espaços como o Hospital da Misericórdia também contaram com o apoio da Impressão Régia, tal como a Academia Militar. Foram publicadas e anunciadas obras como *Observação sobre um hidrencéfalo curado no Hospital Real Militar*, de Domingos Guimarães Peixoto; e *Tratado de sintomas, causas e tratamento*

das moléstias cirúrgicas e suas correspondentes operações, de Antônio José de Souza Pinto.

O que se vê nos anúncios da imprensa é que o Rio de Janeiro adquiriu novos contornos culturais com a chegada de uma grande vaga de imigrantes e viajantes europeus na sequência da abertura dos portos. Novos hábitos, dinâmicas de mercado e sociabilidades lentamente ganharam espaço. No entanto, conforme veremos a seguir, as novidades não eram para todos. Até aqui, falamos apenas de uma parcela da crescente população do Rio.

Figura 1: Cemitério dos Ingleses



Fonte: Pieter Godfred Bertichen, acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, referência BR.RJ.AGCRJ.ICO.CEM.ONG.066.01.01

O outro lado da moeda: o súbito aumento de escravizados no Rio de Janeiro

Cerca de 50% da população do Rio de Janeiro era escravizada. O censo de

1821 determinou 79.321 habitantes, sendo 36.182 escravizados, nas freguesias urbanas^{xxx}; e 112.695 incluindo o entorno rural, sendo 55.090 cativos^{xxxii}. O crescimento populacional e a abertura ao comércio internacional podem ser considerados dois fatores para o aumento do tráfico de escravizados, pois a procura por mão de obra cresceu em consequência destes eventos. O “afluxo de estrangeiros e a multiplicação de necessidades, dentro em pouco, elevaram o valor do trabalho, em grau extravagante”, escreveu o inglês John Luccock (1820, p. 106). Mas o aumento resulta também dos tratados assinados com a Grã-Bretanha que, apesar da intenção britânica de alcançar a abolição, reconheceram, num primeiro momento, o direito dos portugueses de continuarem o comércio nos “seus próprios domínios”, de modo que se manteve “praticamente tranquilo” o tráfico português/brasileiro de escravizados no Atlântico durante as primeiras décadas do oitocentos (Bethell, 2002, p. 30-47). Conforme bem sublinhou Ynaê Lopes dos Santos (2020, p. 17), as melhorias para a “metropolização” do Rio – em obras públicas, atividades portuárias e comerciais – dependiam do trabalho dos cativos.

Para as obras, que por ordem da Real Junta do Comércio do Reino do Brasil, vão se fazer na Ilha Rasa próxima à barra desta Corte, precisam-se de oficiais cabouqueiros, e de alguns serventes; as pessoas que quiserem, ou tiverem escravos, que possam ser empregados nestes serviços, devem, para procederem aos necessários ajustes, procurar o coronel do Real Corpo dos Engenheiros, encarregado da direção das referidas obras, que mora na Rua do Ouvidor, no primeiro andar da casa que tem uma frente para a dita rua, e a outra para o Largo de S. Francisco de Paula.^{xxxiii}

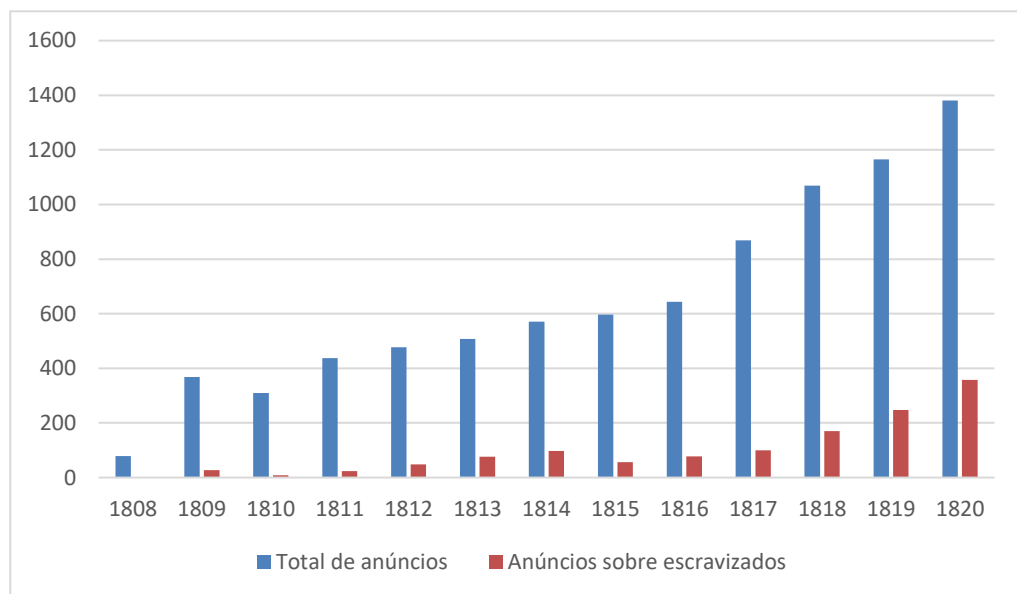
A estatística das propagandas na *Gazeta do Rio de Janeiro* dá uma dimensão do peso que a população escravizada tinha na dinâmica socioeconômica. Entre 1808 e 1821, encontram-se 9211 anúncios publicados. Destes, 1474, ou 16%, são relacionados aos negócios de escravizados, incluindo anúncios

de compra, venda e fuga – para cada dez anúncios, sete eram de compra/venda e três de fuga. Esta tipologia de anúncios associada à escravidão é a segunda mais frequente na *Gazeta*, atrás apenas dos anúncios imobiliários (20%), impulsionados devido à chegada de muitos habitantes vindos da Europa e que naturalmente procuravam uma casa ou terreno para habitar (Pires, 2021, 2022).

Os “avisos” associados aos escravizados cresceram rapidamente. Em 1809, primeiro ano completo de circulação da *Gazeta*, foram 27. Em 1820, último ano comparável, foram 358.

Tabela 4: Total de anúncios publicados em comparação aos anúncios de escravizados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1820)

Ano	Total de anúncios	Anúncios sobre escravizados
1808	79	0
1809	368	27
1810	309	8
1811	437	24
1812	477	48
1813	508	76
1814	571	98
1815	597	57
1816	644	78
1817	869	100
1818	1069	170
1819	1165	248
1820	1381	358



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, edições de 1808 a 1820.

Se os europeus que chegaram ao Rio nessa altura eram de procedências variadas e culturas igualmente distintas, o mesmo vale para os africanos desembarcados. A definição da origem dos escravizados nas fontes, contudo, é mais difícil de se fazer do que a dos europeus. A indicação era mais precisa nos casos de longa permanência do cativo na América. Hall (2005, p. 45) aponta que africanos recém-chegados na Louisiana tiveram poucas vezes a origem étnica precisada nos documentos, diferentemente daqueles que permaneceram por muitos anos e a origem de seus registros foi mais precisa nos inventários. Karasch observa o mesmo fenômeno no Brasil, sendo incomuns fontes que registram grupos étnicos específicos logo após o desembarque. De acordo com a autora, a origem dos cativos enterrados pela Santa Casa da Misericórdia era mais precisa. Nas informações veiculadas nas gazetas, encontramos tanto africanos recém-chegados como aqueles com longa vivência na América, um misto, portanto, dos dois casos. Os recém-chegados normalmente eram

classificados como “novo” ou “boçal”, enquanto “ladino” designava os mais antigos que falavam a língua portuguesa.

Quem quiser comprar uma preta rapariga ladina e de todo o serviço de uma casa, fale com Francisco Agostinho Guillobel, na Glória, defronte das cocheiras de Amaro Velho.”^{xxxiv}

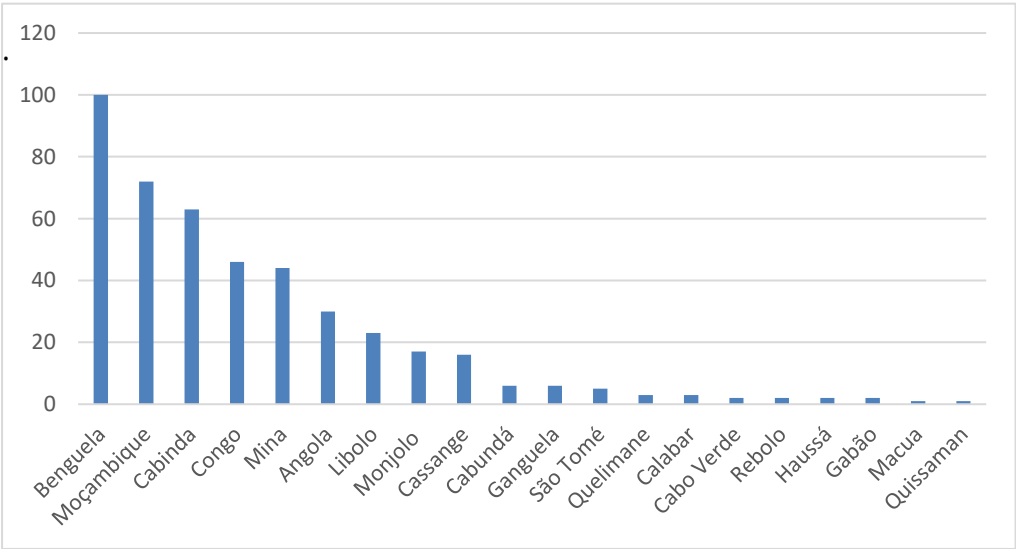
“Desapareceu um moleque boçal, da porta da rua da casa de Joaquim José Pereira de Faro, Rua dos Pescadores, n.º 1, no dia 25 do corrente mês de novembro, pelas 11 horas da manhã, nação Angola, de 6 palmos de altura, idade 12 anos, com uma marca no peito esquerdo, e batizado por nome João, vestido com calça de ganga e jaqueta de chita já usada, quem dele souber poderá entregar em casa de seu senhor, que ganhará alvissaras.”^{xxxv}

Na *Gazeta*, localizamos 453 escravizados com indicação de suas origens^{xxxvi}, com predominância de cativos vindos de Benguela, Moçambique e Cabinda e existindo, no quadro geral, uma forte prevalência de indivíduos da região central atlântica de África (quase 70%). São eles os “Benguela”, “Cabinda”, “Congo”, “Angola”, “Libolo”, “Monjolo”, “Cassange”, “Cabundá”, “Ganguela”, “Rebolo” e “Gabão”. A costa do Índico, isto é, Moçambique ingressou tardiamente na rota. Foi a “relativa incapacidade dos mecanismos sociais de produção de escravos da zona congo-angolana em responder de imediato à súbita alta demanda do Sudeste brasileiro” que a fez crescer (Florentino, 2014, p. 83), justificando a presença destacada nos anúncios da *Gazeta*.

Tabela 5: Nações africanas mais frequentes na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)

Nação	Referências nos anúncios
Benguela	100
Moçambique	72

Cabinda	63
Congo	46
Mina	44
Angola	30
Libolo	23
Monjolo	17
Cassange	16
Cabundá	6
Ganguela	6
São Tomé	5
Quelimane	3
Calabar	3
Cabo Verde	2
Rebolo	2
Haussá	2
Gabão	2
Macua	1
Quissaman	1



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*. Analisamos 1474 anúncios de compra, venda ou fuga de escravizados entre 1808 e 1821. Apenas 453 foram publicados com a

indicação da “nação”, ou seja, a origem do escravizado.

Apesar de viverem sob um cotidiano perverso marcado pelas dinâmicas do sistema escravista, os escravizados foram agentes históricos e negociadores que fizeram muito mais do que trabalhar e sobreviver. Trouxeram uma pluralidade de culturas de África e reinterpretaram as imposições culturais da escravidão no Brasil. Neste cenário, as bagagens culturais dos africanos também impactaram de forma marcante a cidade do Rio em aspectos tão vastos quanto os descritos para o caso dos europeus anteriormente.

A música é uma das faces notórias. O padre e músico José Maurício Nunes Garcia – ele próprio negro, filho de pais forros e neto de mulheres escravizadas (Mattos, 1997, p. 17-18) – elaborou peças musicais para a execução do conjunto de “escravos-músicos” da Real Fazenda de Santa Cruz, que realizava apresentações para o príncipe regente. Tal como acontecia nas igrejas do centro da cidade, escravizados mostravam as suas potencialidades musicais nas cerimônias religiosas da fazenda. O príncipe regente não ficou indiferente e destacou dois professores de música para a fazenda, estabelecendo um grupo musical (Mattos, 1997, p. 72). Mas não só na Real Fazenda é que se via o potencial musical dos escravizados. Pelo contrário, estavam presentes nas ruas em reuniões próprias e em celebrações públicas. Alguns anúncios permitem antever este cenário, incluindo instrumentos tipicamente africanos. O *Diário*, em 1825, já depois do regresso do rei a Portugal, conta-nos de um escravizado de 13 anos que tocava “tão bem aricongo e marimba”^{xxxvii}. Outros anúncios indicam tocadores de marimba^{xxxviii}. Tal prática, no entanto, já era presente no período joanino, conforme testemunha um anúncio da *Gazeta*:

Quem quiser comprar um escravo próprio para boleiro, que sabe tocar piano e marimba, e alguma coisa de música, e com princípio de alfaiate, dirija-se à botica da Travessa da Candelária, canto da Rua dos Pescadores, n.º

6.^{xxxix}

Também chama atenção um anúncio de 1818 que informa a fuga de um escravizado chamado Antônio e que era “inclinado a tocar viola”^{xi}. Clarke Abel (1818, p. 10-13), que em 1816 ficou hospedado na “Casa de Pasto da Rua da Alfândega, o melhor hotel inglês do local”, notou “um grupo de negros escravos que estava reunido numa esquina, escutando com deleite a um dos membros da tribo tocando um rudimentar instrumento musical”. Muitas vezes, porém, a Intendência não tolerava e prendia alguns escravizados por “estarem com batuque a fazer motim”^{xli}. Associa-se a influência da população africana na música, de caráter religioso ou não, aos batuques. Mas não só no que toca aos instrumentos de percussão fez-se a contribuição africana. Certamente contribuíram também com conhecimentos acerca de cordofones, como a txihumba, um instrumento de cordas africano detectável numa das obras de Debret, quebrando o estereótipo de uma musicalidade africana fundada apenas na percussão (Silva, 2005, p. 362-380).

Muitos negros libertos participavam de encontros musicais, como Joaquim Manoel da Câmara, violinista nas festas de Langsdorff e descrito em um dos encontros como “a grande atração” (Cardoso, 2011, p. 273). Neukomm recolheu algumas modinhas populares de autoria de Manoel da Câmara e as harmonizou em 1824, ou seja, foram as “canções da tradição oral, feitas para voz e violão por um português/brasileiro, grafadas e arranjadas para canto e pianoforte por um músico austríaco letrado” (Ulhôa, 2008, p. 8).

Manuel Antônio de Almeida (2019) recorda a tradição na cidade de escravizados barbeiros se reunirem em eventos festivos nas igrejas para tocarem músicas. “Não havia festa em que se passasse sem isso (a música dos barbeiros); era coisa reputada quase tão essencial como o sermão”. Os barbeiros, no entanto, também contribuíram com as suas culturas de cura. Tal função era associada a pequenas cirurgias e a arte de sangrar, indicada no caso de contusões, dores reumáticas e inflamações (Santos, 2005). No

Rio, até ao século XVII, a maioria dos barbeiros eram pessoas brancas e livres. Durante o século XVII, a proporção de barbeiros negros, na sua maioria escravizados, aumentou substancialmente. Ao longo do século XVIII e no início do século XIX, a maioria dos praticantes deste ofício já eram negros, escravizados, libertos ou livres (Soares, 2013, p. 210), como se vê amplamente nos jornais. Entre 1808 e 1821, encontram-se pelo menos 23 referências a barbeiros nos anúncios da *Gazeta*.

Quem quiser comprar um moleque barbeiro, perfeito no seu ofício, e muito bom sangrador, de nação Benguela, procure na Praia dos Mineiros, em casa do padre Manoel de Jesus Simões.^{xlii}

A explicação para isso está não só relacionada à lenta consolidação da medicina científica, mas também com a transferência de costumes, pois os barbeiros tiveram enorme importância para as práticas curativas no Portugal do Antigo Regime (Santos, 2005), enquanto na Luanda dessa época também era possível identificar uma notável presença de barbeiros e sangradores na vida cotidiana (Soares, 2013, p. 213-215). As tradições europeias que chegaram de forma mais marcante com os cursos médicos dividiam espaço com as tradições orais africanas e indígenas, povos detentores de conhecimentos sobre saúde e bem-estar transmitidos pela tradição oral.

Se os barbeiros eram amplamente presentes, os cozinheiros eram ainda mais. Este ofício foi, de fato, o mais frequente entre os escravizados na área urbana do Rio de Janeiro. Localizamos na *Gazeta* 85 menções a escravizados cozinheiros e 90 a escravizadas cozinheiras. É certo que os escravizados aplicados na cozinha trouxeram conhecimentos e práticas culinárias variadas que passaram a fazer parte da cultura do Rio. A predominância de cozinheiros na *Gazeta* permite imaginar a dimensão desta influência, ainda que sob resistência da classe dominante.

No que toca à disponibilidade de alimentos, existia uma exclusão social no consumo na cidade. A carne verde, de acordo com o estudo de Pedro Campos (2008), é um símbolo dessa questão. Enquanto os negociantes e altos funcionários se valiam de um mercado paralelo para “encherem as suas mesas de boa e farta carne”, os setores mais pobres e os escravizados tinham de consumir “reses pestilentas ou roubar pedaços de carne na cidade”. Um anúncio de 1821 é bastante representativo deste cenário de exclusão social respeitante ao consumo.

No dia 20 de manhã foi um preto a um armazém de carne e mantimentos e comprando um peru, que no mesmo havia para vender, ajustou e pediu que lho mandasse por um moleque do mesmo armazém, para o mesmo moleque trazer o dinheiro, e como não tem aparecido se dão os sinais para quem souber fazer favor dar notícia: é um moleque de idade de 14 anos, pouco mais ou menos, com uma belida em um olho, gordo e bem feito, calças de algodão, camisa de baeta azul-ferrete. Quem dele souber faça o favor dar parte na Rua dos Ferradores, antes de chegar ao campo, na casa n.º 220, que se lhe recompensará o seu incômodo.^{xliii}

Os alimentos europeus que passaram a estar disponíveis com a abertura dos portos eram acessíveis apenas a esses mesmos negociantes, altos funcionários e aos estrangeiros que passaram a lucrar com os seus negócios. Veja o caso de um “salame de Itália”, à venda por 600 réis a libra^{xliv}. Basta comparar este valor com o ordenado mensal de um ajudante de cirurgia do exército, que ganhava 6.000 réis por mês^{xlv}, para concluir que era um produto praticamente inacessível.

Apesar dos escravizados serem amplamente aplicados no ofício de cozinheiro, as suas técnicas culinárias não eram valorizadas. Um anúncio de Horacio Messeri ilustra a exclusão exercida até mesmo na produção de determinados alimentos. O italiano publicou os “benefícios” de uma fábrica

de “pão de luxo” que não utilizava escravizados:

Horacio Messeri, na sua padaria n.º 55, Rua dos Ourives, fabrica pão de luxo, francês, inglês, italiano e espanhol, amassado por máquina de nova invenção, sem entrar mão de obra de pretos, que infectam a massa com o suor que largam enquanto amassam; e fabrica bolachinha doce, biscoito, bolacha d'água e sal para o chá e bolacha para embarque de toda qualidade.^{xlvi}

Parte dos escravizados cozinheiros, sobretudo mulheres, trabalhava nas ruas a vender os seus produtos, ficando assim conhecidos como quitandeiros ou quitandeiras. Debret (1835, p. 47 e 111) representou em suas artes escravizados e libertos que vendiam doces e bebidas no Largo do Paço, incluindo as mulheres que vendiam angu. Facilmente encontrado nas ruas do Rio, o angu simbolizou espaços de sociabilidade de africanos e seus descendentes (Santos, 2006, p. 42 e 129).

Quem quiser comprar uma escrava, que sabe lavar, cozinhar e quitandeira, e dá de jornal mensalmente 7.200 réis; come e veste a sua custa; dirija-se à Rua do Valongo, casa de José de Oliveira pegado ao Quartel da Polícia.^{xlvii}

Muitas vezes apenas toleradas e outras reprimidas pelas instâncias policiais do Rio de Janeiro, as práticas culturais dos africanos e seus descendentes representam um ato de forte resistência às imposições da escravidão. Um dos maiores contrastes entre africanos e europeus pode ser visto, por exemplo, nos sepultamentos. Dado que esta era “uma das preocupações maiores dos homens e mulheres daquele tempo” (Reis, 2019), observar a distância entre as condições de sepultamento entre um grupo (os europeus) e outro (os africanos) faz perceber também a disparidade entre o valor que se dava a cada um.

Ainda que alguns africanos tenham obtido enterros faustosos, conforme

retratou Debret, muitos, sobretudo os que morriam ao entrar na Baía de Guanabara ou no mercado – o Valongo – instituído para a venda dos africanos recém-chegados, eram enterrados “à flor da terra” no dito Cemitério dos Pretos Novos (Pereira, 2007), que ficava na região do Valongo. O local era efetivamente referido como Cemitério dos Pretos Novos, conforme um anúncio no *Diário*. O mesmo anúncio, aliás, permite imaginar a vida do “moleque” anunciado, pois era escravizado por um senhor que vivia à frente desse cemitério, o que significava sentir todos os dias o mau cheiro das valas comuns que incomodava os moradores dos arredores (Pereira, 2007, p. 82).

No dia 3 de maio, fugiu a Manoel José Ferreira Braga, morador em Valongo, defronte do Cemitério dos Pretos Novos, um moleque novo de nação Moçambique, com marca 6 no peito direito. Quem dele tiver notícia, o queira entregar a seu senhor, que receberá alvissaras.^{xlvi}

Tal disparidade é ainda mais marcante quando se sabe que, nas diferentes tradições africanas, era comum valorizar os espíritos ancestrais, de modo que a falta de ritos fúnebres e sepultura adequados era entendida como um “mal morrer”, o que indica que os sepultamentos em valas comuns como as do Cemitério dos Pretos Novos representavam uma violência simbólica diante da cultura dos sepultados (Reis, 2019; Pereira, 2007, p. 162).

O sepultamento dos mortos católicos bem posicionados socialmente era feito no interior das igrejas ou conventos, enquanto o enterro de negros e pobres era feito no cemitério ao lado do hospital da Misericórdia ou no de Santo Antônio, este sob o cuidado dos Franciscanos. Luccock (1820, p. 56) identificou essa diferença ao escrever que os negros, nos rituais fúnebres, eram “tratados com muito menos cerimônia” nos dois cemitérios apropriados para a sua utilização. Segundo as suas memórias, nessas ocasiões “os corpos eram atirados para as trincheiras sem nenhum tipo de

cerimônia”.

Esta discrepância favoreceu outro tipo de influência cultural africana na cidade: a presença de escravizados nas irmandades religiosas, onde adaptaram-se gradualmente para exercerem as suas “práticas religiosas marcadamente africanas, longe dos olhos vigilantes dos senhores e seus representantes” (Souza, 2002, p. 196). Os escravizados “estavam relegados ao último lugar, dependendo apenas da caridade das irmandades que se apresentavam como a solução para uma ‘boa morte’” (Pereira, 2007, p. 53). Por isso, Karasch (2000, p. 348) resume que “um dos motivos mais importantes para formar irmandades e participar delas era sepultar os mortos”.

Sabemos, ainda assim, que as irmandades de pretos e pardos eram de status mais baixo, sobretudo por falta de lar, obrigando muitas vezes a mudarem de igreja. Mas estas irmandades tinham uma função importante: garantir rituais e orações religiosas adequados para os santos negros, como são Benedito, santo Elesbão, santa Ifigênia e o rei mago Baltasar (Karasch, 2000, p. 131-133). Por essas e outras, na virada do século XVIII para o XIX, estima-se em 80% a parcela dos negros que pertencia a alguma irmandade no Brasil (Souza, 2002, p. 195).

As práticas e resistências culturais africanas descritas permitem ilustrar o que uma vez escreveu Luiz Antonio Simas (2019), um dos grandes intérpretes do Rio de Janeiro: africanos e seus descendentes “ousaram inventar a vida na fresta, dando o nó no rabo da cascavel e produzindo cultura onde só deveria existir o esforço braçal e a morte silenciosa”.

Figura 2: Mercado de escravos (Valongo)



Fonte: Obra de Augustus Earle, gravada por Edward Finden em 1824, acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, referência BR.RJ.AGCRJ.ICO.ART.PIN.383.02.01

Considerações Finais

Os anúncios do primeiro periódico brasileiro retratam um fenômeno característico nas Américas dos séculos XVIII e XIX: o uso da imprensa como mecanismo para propagandear simultaneamente o cotidiano social e escravocrata. Ainda no século XVII, o surgimento da publicidade na imprensa escrita foi aproveitado para a publicação de anúncios escravocratas (Dyer, 2009, p. 11), prática que teria dimensão maior nas regiões desenvolvidas em torno da escravidão. Por isso, quando nasce em 1808, a imprensa brasileira vai absorver anúncios associados aos principais grupos provenientes de deslocamentos, espontâneas ou compulsórias: os europeus e os africanos. Um fator, no entanto, sublinha a clivagem de

estatuto que existia entre um e outro: só os europeus anunciavam e, muitas vezes, eram anúncios comunicando a compra, venda ou fuga de indivíduos por eles escravizados. Isso ilustra um fenômeno ainda maior, o de que a cultura desses europeus era a que se queria como dominante.

Ainda que esses distintos grupos, ao contrário do que habitualmente se pensa, interagissem entre si, conforme mostrou Cláudio Honorato (2019, p. 60-63) a partir de artes produzidas por viajantes como Debret e Rugendas, as diferenças fundamentais entre um e outro mantinham-se. O que foi descrito neste artigo não esgota o tema, mas permite observar a exclusão social propagandeada na nascente imprensa do Rio de Janeiro. A lógica desigual da sociedade brasileira pode ser vista nas páginas de anúncios dos seus primeiros periódicos impressos, vitrines de uma urbe que, inserida nos circuitos econômicos globais, crescia ao mesmo tempo que produzia desigualdade e discriminação racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Brasília: Edições Câmara, 2019.
- ARAUJO, Ana Lucia. **Brazil through French Eyes: a nineteenth-century artist in the tropics**. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 2015.
- BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- CAMPOS, Pedro Henrique. A exclusão social do consumo em uma sociedade escravista, **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 2, 2008.
- CARDOSO, Lino. **O Som social: música, poder e sociedade no Brasil**. São Paulo: Edição do autor, 2011.
- CAROLINO, Luís Miguel. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, 2012.
- DEBRET. Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. V. 2. Paris: Firmin didot Féres, 1835.
- DYER, Gillian. **Advertising as communication**. London: Routledge, 2009.
- EBEL, Ernest. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- FERNANDES, Rui; COSTA, Julianna. História da imigração (1830-1880). In: Reznik, Luís (Org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Nova Friburgo: a invenção da Suíça brasileira. In: Reznik, Luís (Org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GOMES, Flávio. Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista, **Tempo**, Niterói, v. 1, n. 1, 1996.
- GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva (eds.). **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.
- GRAHAM, Maria. **Journal of a Voyage to Brazil: And Residence There, During Part**

of the Years 1821, 1822, 1823. Londres: MACEDO, Joaquim Manuel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Orme, Brown, Green, and J. Murray, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: interpretações e linhagens historiográficas. In: MARTINS, Ismênia; MOTA, Márcia. **1808. A Corte no Brasil**. Niterói: UFF, 2010.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Slavery and African Ethnicities in the Americas: Restoring the Links**. Chapel Hill: University of North Carolina, 2005.

HOLLAND, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLLAND, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. T. II, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HONORATO, Cláudio. **Valongo: O Mercado de Almas da Praça Carioca**. Curitiba: Appris, 2019.

LISBOA, João Luís. **Ciência e Política: Ler nos finais do Antigo Regime**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

LUCCOCK, John. **Notes of Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil**. Londres: Samuel Leigh, 1820.

LYONS, Martyn. **Le Triomphe du livre**. Une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIXe siècle. Paris: Promodis – Éditions du cercle de la librairie, 1987.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Cleofe Person. **José Maurício Nunes Garcia**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, 1812.

MEIRELLES, Juliana. **A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. 2006. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MENEZES, Lená Medeiros. **Francesas no Rio de Janeiro: Trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822)**, **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 12, n. 15, 2004.

MISH, Charles. Early Eighteenth-Century Best Sellers in English Prose Fiction, **The Papers of the Bibliographical Society of America**, v. 75, n. 4, 1981.

NEVES, Lúcia Bastos. Dos ‘avisos’ de jornais às resenhas como espaços de

consagração (1808-1836). In: NEVES, Reinado. 1997. 397 f. Tese (Doutorado Lúcia Bastos (ed.). **Livros e impressos:** retratos de Setecentos e Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

PARRON, Tâmis. Revolução Industrial e circuitos mercantis globais: a crise da escravidão no Império britânico.

Revista USP, São Paulo, v. 1 n. 132, 2022.

PEREIRA, Júlio César. **À flor da terra:** o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIRES, João Victor Ribeiro. Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821), **Mosaico**, Goiânia, v. 14, n. 1, 2021.

PIRES, João Victor Ribeiro. A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821), **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilha, v. 79, n. 1, 2022.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1942.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção:** identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro

SAMPAIO, Flávio. **Balé Passo a Passo:** história, técnica, terminologia. Fortaleza: Paracuru, 2013.

SANTOS, Georgina. A Arte de Sangrar na Lisboa do Antigo Regime, **Tempo**, Niterói, v. 10, n. 19, 2005.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala**. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815, **Almanack**, Guarulhos, n. 24, 2020.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial, **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, 2008.

SCHWARCZ, Lília. **O sol do Brasil:** Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. O escravo nos anúncios de jornais. In: SILVA, Alberto da Costa e. **A África e os africanos na história e nos mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Medidas urbanísticas no Rio de Janeiro durante o

período joanino, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 161, n. 407, abr/jun 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro**, 1808-1822: cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SILVA, Salomão. **Memórias Sonoras da Noite**: musicalidades africanas no Brasil Oitocentista. 2005. 435 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SOARES, Mariza de Carvalho. African Barbeiros in Brazilian Slave Ports. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, CHILDS, Matt D. e SIDBURY, James (eds.). **The Black Urban Atlantic in the Age of the Slave Trade**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ULHÔA, Martha. Música popular no início do século XIX no Rio de Janeiro, **Texas Scholar Works**, Austin, 2008.

ZAMONER, Maristela (2013). História da Dança de Salão no Brasil do século XIX e os irmãos Lacombe, **EFDeportes.com**, Buenos Aires, 2013.

Notas

- ⁱ Sobre a historiografia, ver: Guimarães, 2010.
- ⁱⁱ Decretos, 28/1/1808 e 25/11/1808.
- ⁱⁱⁱ Tratado de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade, 19/2/1810.
- ^{iv} Alvarás, 10/5/1808 e 27/6/1808.
- ^v Decreto, 13/5/1808.
- ^{vi} Decreto, 2/3/1821.
- ^{vii} O *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em www.slavevoyages.org, indica uma média de 21 mil escravizados desembarcados por ano no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821. A média para 1800-1807 é de 12 mil.
- ^{viii} Carta Régia, 2/1/1809.
- ^{ix} *Mapa dos Estrangeiros cujos nomes se acham descritos nos livros da matrícula feita pela Intendência Geral da Polícia, até o dia 30 de novembro de 1817*. Rio de Janeiro: 1817, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Digital
- ^x *Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando providências que atalhassem o desmedido aumento havido nos aluguéis em consequência da chegada da família real à cidade*, Rio de Janeiro: 1808, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Digital.
- ^{xi} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 15/3/1817.
- ^{xii} Os dois autores foram *best-sellers* no século XVIII (Mish, 1981, p. 416).
- ^{xiii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 9/4/1817.
- ^{xiv} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25/5/1814.
- ^{xv} *Diário do Rio de Janeiro*, 15/4/1823.
- ^{xvi} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/4/1820.
- ^{xvii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25/1/1817.
- ^{xviii} Salvador teve a sua própria gazeta criada em 1811, a *Idade d'Ouro*; e Recife em 1821, a *Aurora Pernambucana*.
- ^{xix} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 18/12/1813.
- ^{xx} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 21/1/1818.
- ^{xxi} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 9/12/1818.
- ^{xxii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13/7/1811.
- ^{xxiii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 3/5/1817.
- ^{xxiv} *Diário do Rio de Janeiro*, 9/11/1822.
- ^{xxv} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 23/1/1819.
- ^{xxvi} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 11/12/1819.
- ^{xxvii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 8/8/1818.
- ^{xxviii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 8/11/1820.
- ^{xxix} Carta de Lei, 4/12/1810.
- ^{xxx} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 27/7/1811.
- ^{xxxi} Eram cinco as freguesias urbanas: Candelária, Sacramento, Santa Rita, Santana e São José.
- ^{xxxii} *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 33, p. 135.
- ^{xxxiii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10/7/1819.
- ^{xxxiv} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 26/1/1820.
- ^{xxxv} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/11/1820.
- ^{xxxvi} Contabilizamos anúncios descrevendo escravizados individualmente. Não consideramos anúncios sobre grandes carregamentos, anunciando, por exemplo, a chegada de 60 moçambicanos numa embarcação. O objetivo foi considerar apenas aqueles que estavam de fato no Rio de Janeiro, uma vez que a cidade transferia cativos para muitas outras regiões brasileiras.
- ^{xxxvii} *Diário do Rio de Janeiro*, 18/6/1825.
- ^{xxxviii} *Diário do Rio de Janeiro*, 1/4/1829; 9/10/1830.
- ^{xxxix} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 8/7/1820.
- ^{xl} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25/8/1818.
- ^{xli} *Diário do Rio de Janeiro*, 1/12/1826.
- ^{xlii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 12/1/1820.
- ^{xliii} *Diário do Rio de Janeiro*, 22/10/1821.

-
- ^{xlv} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 30/10/1813.
- ^{xlv} Decreto, 13/5/1809.
- ^{xlv} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25/9/1816.
- ^{xlvii} *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/9/1821.
- ^{xlviii} *Diário do Rio de Janeiro*, 10/5/1822.